

GREVE!

Pela Vida Contra o Retorno Presencial

LEIA TAMBÉM

- Pandemia acelera enfraquecimento no Ensino Superior
- Pesquisa mapeia impactos da pandemia em eventos folclóricos

Mais um semestre que começa em frente à tela

O mês de março de 2021 está chegando, mas é segundo semestre de 2020. Ao menos no calendário acadêmico da UFPel, cujas aulas iniciarão em 15 de março. O calendário aprovado no COCEPE aponta que as 8 primeiras semanas serão totalmente remotas e, após este período, serão avaliadas as condições sanitárias para a possibilidade de práticas presenciais.

As lutas sociais dos movimentos, partidos de esquerda e sindicatos foram fundamentais para a garantia do isolamento social tão necessário para o enfrentamento à pandemia. Foram estas lutas que desde o fim do ano passado vêm pressionando as autoridades a

não enfiarem goela abaixo a retomada de atividades presenciais, pois significariam um agravamento ainda maior da pandemia, causando mais lotação em hospitais, mais mortes, mais precarização da vida.

Infelizmente, chegamos neste março batendo tristes recordes: esgotamento de leitos, mortes diárias, contaminações de variantes da Covid-19 entre outras tristes notícias. A incompetência do presidente genocida só tem demonstrado a perspectiva de um governo fascista e subordinado aos grandes ricos: enquanto os milionários brasileiros e estrangeiros têm as portas e janelas abertas para explorar os trabalhadores e

trabalhadoras do país, recebem de bandeja as empresas estatais privatizadas, recebem bilhões de reais em contratos de medicamentos que sequer são comprovados para enfrentar doenças, sem contar os contratos de licitações dispensadas para a urgência da pandemia que estão sendo investigados; a classe trabalhadora sofre com o aumento do desemprego, a chantagem ao auxílio emergencial, o aumento dos preços de produtos básicos para o consumo e mais uma série de ataques que o povo trabalhador vem recebendo dos governos e empresários.

E, se este “novo-velho” semestre se inicia em frente à tela do computador, há

também a “novidade” de não termos o reitor eleito à frente da reitoria. Pois este mesmo governo fascista impôs uma intervenção ao nomear outra pessoa para o cargo, desrespeitando completamente a decisão da comunidade da UFPel. Infelizmente, a conivência da chapa golpeada com o golpe do governo Bolsonaro, faz com que tenhamos uma administração acatando docilmente o autoritarismo do fascismo.

Tempos difíceis, tempos de luta. Muita força e luta é o que desejamos para este ano letivo que se inicia.



MURAL



Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPeL) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa. adufpel.org.br

Presidenta: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Vice-Presidenta: Angela Moreira Vitória
Segundo Vice-Presidente: Francisco Carlos Duarte Vitória
Secretária Geral: Miriam Cristiane Alves
Primeiro Secretário: José Carlos Marques Volcato
Segunda Secretária: Larissa Dall'Agnol
Primeiro Tesoureiro: Robinson Santos Pinheiro
Segundo Tesoureiro: Avelino da Rosa Oliveira
Terceiro Tesoureiro: Giovanni Ernst Frizzo

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
 Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPeL-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

ADUFPEl fortalece campanha "Reitor Eleito, Reitor Nomeado"

Atualmente, 21 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão sob intervenção do MEC/governo Bolsonaro, apesar de seus representantes terem sido eleitos legitimamente por suas comunidades acadêmicas.

Por meio do MEC, o presidente Jair Bolsonaro tem indicado, desde que tomou posse, interventores para as reitorias das instituições, seja pela indicação de nomes que não estavam em primeiro na lista tríplice ou pela escolha de nomes que nem sequer participaram do processo.

Dentre essas IFES, algumas já completam mais de um ano de intervenção, como, por exemplo, a UFC. Já na UFPel a situação é recente e tem gerado a mobilização da comunidade acadêmica, que aguarda a nomeação de Paulo Roberto Ferreira como novo reitor.

Ferreira foi escolhido de forma democrática por docentes, técnico-administrativos e

estudantes, em 15 de outubro de 2020, e a lista tríplice referendada pelo Conselho Universitário (Consun) no dia 19 do mesmo mês. No entanto, quem tomou posse foi Isabela Andrade, da mesma chapa de Paulo e que ficou em segundo lugar na lista.

Para buscar reverter a situação, as três entidades representativas da Universidade (ADUFPEl, ASUFPEl e DCE) uniram-se e colocaram em ação a campanha "Reitor Eleito, Reitor Nomeado", que resultou na instalação de faixas pelos prédios da UFPel.

Além disso, no dia 26 de fevereiro, a diretoria da ADUFPEl, em audiência com a reitoria da UFPel, debateu os desdobramentos da intervenção e reforçou o posicionamento da categoria docente.

O professor Paulo Ferreira explicitou que está diretamente envolvido na mobilização para buscar reverter a situação e reforçou que esta é uma luta

de toda a gestão. Ele discorreu sobre as ações que vêm sendo realizadas pela frente de reitores preteridos pelo governo.

Segundo Ferreira, a gestão respeita a decisão da categoria docente, a qual afirma ter sido "considerada na discussão", mas com o entendimento de que assumir seria a melhor opção, considerando a forma como as nomeações têm ocorrido em outras Instituições Ensino Superior (IES).

A presidente da ADUFPEl, Celeste Pereira, reiterou que a entidade respeita a professora nomeada, mas que politicamente, por deliberação de Assembleia Geral, entende que a situação configura-se como intervenção. Ainda, reforçou o posicionamento da categoria em relação ao método da tomada de decisão, no qual inexistiu diálogo com a comunidade acadêmica.

Decisão do STF

Por 7 votos a 3, a maioria

dos ministros do STF decidiu, em 5 de fevereiro deste ano, rejeitar a liminar solicitada pela OAB para que Bolsonaro fosse obrigado a nomear o primeiro nome da lista tríplice enviada pelas universidades federais.

A divergência foi aberta pelo ministro Alexandre de Moraes, que afirma ainda estar pendente de julgamento na Corte uma ação direta de constitucionalidade contestando a Lei Federal 9.192/1995, a qual estabeleceu as regras de escolha dos reitores das instituições federais de ensino.

De acordo com a Lei, cabe ao presidente da República indicar ao cargo de reitor/a um dos nomes constantes na lista tríplice. No entanto, em respeito à decisão das instituições e à autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal, historicamente, os presidentes vinham, salvo poucas exceções, indicando o primeiro nome da lista.

8M Pelotas: mulheres unem-se contra a violação de direitos

Pelo sétimo ano consecutivo, a ADUFPEl participa da construção do 8M em Pelotas - Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora - em conjunto com coletivos, movimentos sociais e sindicatos. Cada vez mais fortalecidas, elas irão se mobilizar contra a violação de direitos e a opressão, contra as políticas do governo, por justiça para Marielle e vacina para todos e todas.

Por conta da pandemia, as

ações serão focadas nas redes sociais, com lives, debates, vídeos e áudio-relatos de mulheres, além de carros de som que percorrerão os bairros da cidade. Acompanhe tudo pelas redes do 8M Pelotas e da ADUFPEl.

Os impactos da pandemia na vida das mulheres têm evidenciado ainda mais as desigualdades de gênero. São elas as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho, que fi-

caram ainda mais sobrecarregadas, além de ainda enfrentarem o aumento de casos de violência doméstica.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a violência contra a mulher voltou a crescer no país após dois anos de queda. Durante a pandemia do novo coronavírus, houve um aumento de feminicídios, chegando a 648 casos no primeiro semestre deste ano, 2%

a mais que em 2019.

No RS, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2020 os números foram alarmantes: 33.392 mulheres foram ameaçadas, 18.944 sofreram lesão corporal, ocorreram 1.908 estupros, 78 casos de feminicídios e 323 tentativas. Destes números totais, 3 feminicídios ocorreram em Pelotas, além de 6 tentativas e 36 estupros.



VEJA O TRAILER

Créditos: Divulgação Netflix

As invisibilidades de Cidade Invisível

Sob o brilho da lua, na mata fechada ou na praia deserta, humanos morrem e se tornam Entidades. Seus poderes são grandes, seus propósitos incertos. Talvez, assim como nós, seja unicamente o de sobreviver. Os nomes nos são familiares, mas a roupagem é outra. Saci, cuca, iara, curupira dividem com os humanos as ruas do Rio de Janeiro. Cidade maravilhosa? Não, Cidade Invisível. Série da Netflix, produzida por Carlos Saldanha, que estreou neste mês de fevereiro no serviço de streaming.

A humanização dos mitos marca a tônica da série, junto com uma proposta amplamente explorada na mídia independente que é a da “atualização” dos seres encantados. Inês, a Cuca (Ales-

sandra Negrini), entendida na série pelo seu aspecto de bruxa e não de Papão devorador de crianças, não mexe mais seu caldeirão; mistura beberagens atrás de um balcão de drinks, como dona de um bar na lapa durante a noite e uma quase mafiosa durante o dia. Seu ajudante fiel, o papão Tutu, na interpretação de Jimmy London faz as vezes de “leão de chácara”, impressionando pela imagem mesmo aqueles que não o conheciam da cantiga de ninar: “Desce tutu de cima do telhado. Deixa o menino dormir sossegado”.

Outra figura peculiar é Camila (Jéssica Corés) a única Entidade que não se define a partir de uma única nomenclatura. “Iara, mãe d’água, sereia, cada um chama de um jeito”, elucida –

dando uma pista para o expandir nosso horizonte de expectativas sobre a personagem. Ela não é a Iara, em si, mas um ser que é reconhecido dessa forma por quem a vislumbra. Uma resposta do roteiro, mas que não impediu as críticas de indígenas à escolha de retratá-la como uma mulher negra que nada nas águas do mar. A sereia da série usa sua voz poderosa em apresentações musicais, fascinando o público e o levando à perdição. Curiosamente é a única que afirma possuir uma maldição enquanto Entidade: como seu amado a matou no passado, no processo de encantamento, ela passou a ser obrigada a levar a cabo eternamente uma vingança contra o masculino.

O título da série, junta-

mente à abertura carregada de imagens espelhadas e invertidas, reforça a ideia de que há uma outra cidade à nossa volta invisível aos nossos olhos, e isso se mostra especialmente ao abordar esse tema na adaptação dos mitos do Saci e do Curupira. O primeiro, Isac (Wesley Guimarães), vive em uma ocupação. O segundo, vivido por Fábio Lago após migrar para a cidade, passa a viver em situação de rua – contando com a generosidade do companheiro para se alimentar. Os dois atores baianos, é de se notar, vivem os personagens que permeiam a miséria.

Quem é invisível?

A invisibilidade social atravessa também o núcleo “humano” da série. A Vila

Toré, uma comunidade tradicional razoavelmente próxima à zona metropolitana do Rio de Janeiro, vive às voltas com as ameaças e ofertas de compra de terras por parte da empresa Ybyra, que pretende construir um eco-resort no local. Ninguém se interessa pelo destino dos pescadores da comunidade, que vê o cerco cada vez mais se fechando quando os peixes começam a morrer e um incêndio misterioso assola o local.

O ator Victor Sparapane, que vive Manaus, era uma das Entidades que ajudava o povo a se manter em suas terras. Uma mostra de como o folclore e a tradição são vozes que influenciam no reconhecimento do valor da identidade e da terra.

Por outro lado, há outra

invisibilidade na série que é gritante e, ao que indica, proposital: a de povos indígenas. Nenhum povo é mencionado na série, embora o Tupi esteja presente tanto no nome da vila quanto da empresa que a quer destruir. Ybyrá, ironicamente, significa “árvore”. Também não se fala neles quando, em um episódio, aparece

um Muiraquitã – amuleto cujos registros arqueológicos o apontam sua utilização nas terras baixas amazônicas há pelo menos dez séculos, fora sua persistência na cultura popular. O diálogo o atribui às “guerreiras da lua”, uma escolha genérica que,

espera-se, seja explicada na segunda temporada.

Ainda que representando alguns seres do imaginário indígena, a única atriz indígena da série é Rosa Peixoto, da etnia Tariano, que aparece como figurante enquanto mulher do Curupira em uma única cena. Quais os motivos para essas decisões evasivas? Podemos apenas supor. Talvez um receio de que uma sub-representação de algum povo gerasse críticas fez com que a produção, simplesmente, não representasse nenhum – o que deixou o problema ainda mais gritante. Outra questão é como os

indígenas rejeitam o termo Folclore, bastante presente na série, por entenderem ser um desrespeito com sua espiritualidade. E isso mesmo diante da explicação de que folclore atravessa todos os grupos humanos, não apenas indígenas.

Ao mobilizar nosso imaginário popular, Cidade Invisível lida com afetos, e isso gera reações das mais diversas. Quem se viu representado em tela a defende com paixão; quem não se viu não poupa a indignação. Espera-se que a já anunciada segunda temporada corrija o prumo e refine o olhar para enxergar na Cidade, dentro e fora da tela, o que merece ser visto.

"A única atriz indígena da série é Rosa Peixoto, da etnia Tariano"



O que ver depois?



VEJA O TRAILER

Icamiabas (2018)

Produção do estúdio paraense Illuminuras, a animação "Icamiabas na Cidade Amazônia" é a continuação de um projeto que começou anos antes como interprogramas na TV Cultura local. Na nova fase, Iuna, Laci, Conori e Thyhi são quatro guerreiras icamiabas que dividem seus dias entre estudar para a faculdade e o trabalho de estagiárias dos deuses em uma cidade futurista. O projeto buscou diálogo respeitoso com culturas indígenas, sem que isso impedisse a construção de uma narrativa divertida. O destaque vai para o rompimento consciente dos clichês do audiovisual, especialmente ao retratar personagens femininas.



VEJA O TRAILER

Matanãg (2019)

Com direção de Charles Bicalho e Shawara Maxacali, "Matanãg - A Encantada" é mais um dos projetos feitos em coautoria pela Pajé Filmes com indígenas do povo Maxacali, de Minas Gerais. A animação, construída a partir de ilustrações e da narrativa dos próprios indígenas, é inspirada em uma história ancestral. Nela, a índia Mātãñg segue o espírito de seu marido, vítima de uma picada de cobra, até a aldeia dos mortos. Juntos, eles superam os obstáculos que separam o mundo terreno do mundo espiritual. Mas havia uma restrição: ela não poderia falar para ninguém sobre o que viu lá.



Créditos: Freepik.com

Pandemia acelera enfraquecimento no Ensino Superior

A pandemia de Covid-19 tem causado transformações profundas à educação superior brasileira, tanto pública quanto privada. O contexto atual, de isolamento social, exigiu das Instituições de Ensino Superior (IES) mudanças nas formas de ensino e aprendizagem. No entanto, os impactos dessas medidas acendem um alerta sobre o futuro da educação superior, que vem sofrendo um processo intenso de sucateamento há muito tempo e que, agora, se fortalece e contribui cada vez mais para o aumento das desigualdades educacionais.

A suspensão das aulas presenciais levou muitas instituições a optarem pela utilização do Ensino Remoto Emergencial, pelo modelo híbrido ou pela expansão do

Ensino a Distância (EaD), como alternativas para prosseguir com o ano letivo. Entretanto, essas modalidades expõem diversas problemáticas. Entre elas, encontram-se a falta de suporte psicológico a professores; a baixa qualidade no ensino; a sobrecarga de trabalho; aumento das desigualdades decorrente do acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, no Brasil há 8,45 milhões de estudantes de graduação, sendo 75,4% matriculados em universidades privadas. Dos estudantes das universidades federais, 53,5% são de família com renda mensal per capita de até um salário mínimo; 54,6% são do sexo

feminino; 51,2% são pretos, pardos ou quilombolas; e 0,9% são indígenas.

Quanto às condições materiais desses estudantes, 74,9% das residências têm algum tipo de acesso à Internet, sendo 98,7% do acesso feito por meio do celular, o que implica em limitações. Residências que possuem microcomputador correspondem a 43,4%.

Ensino a distância vem superando o presencial

Conforme aponta o Censo da Educação Superior 2019, divulgado em outubro de 2020, em 2019, 63,2% das vagas ofertadas para o nível superior foram para o EaD. Pela primeira vez, o total de ingressantes no Ensino a Distância superou o presencial na rede privada, chegan-

do a 50,7%.

Já na rede pública, a situação é diferente, por enquanto. A modalidade remota apresenta, de forma geral, apenas 5,8% do número de ingressantes do curso superior, contra 94,2% na categoria presencial. Porém, o governo federal tem usufruído da situação imposta pelo novo coronavírus para avançar na implementação do EaD.

Um dos fatores que contribuiu para acentuar essa nova realidade foi a publicação, no dia 17 de março de 2020, pelo Ministério da Educação (MEC), da Portaria 343/20, que autorizou a substituição do ensino presencial pelo Ensino a Distância durante a pandemia. Além disso, outra portaria, de número 2.117, assinada pelo então minis-

tro da Educação, Abraham Weintraub, em dezembro de 2019, promoveu uma espécie de “passada da boiada” na educação, permitindo que as instituições de ensino superior ofertassem a carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais até o limite de 40% da carga horária total do curso. O dobro do limite anterior, de 20%.

Educação como mercadoria

O aligeiramento dos cursos EaD, a automação do trabalho docente e do ensino e as medidas do Ministério da Educação (MEC) têm possibilitado a progressiva mercantilização do ensino superior. O uso de tecnologias digitais e informacionais reforçam a noção do ensino como mercadoria e aumentam ainda mais o abismo educacional no país, o qual já era bastante significativo antes mesmo da pandemia.

Em crise, a educação privada tem se aproveitado da pandemia para diminuir ati-

vidades presenciais e o EaD no Brasil virou um negócio extremamente lucrativo, contribuindo para o aumento de demissões de docentes e diminuição de cursos presenciais. Se o processo de demissões já era rotineiro a cada final de semestre, hoje é maior.

Em São Paulo, mais de 1.800 professores universitários foram demitidos em meio à pandemia.

Além disso, o fechamento de cursos tem aumentado. O Centro Universitário Metodista (IPA) de Porto Alegre, anunciou, recentemente, o encerramento de 12 cursos de graduação faltando poucos dias para o início das aulas presenciais.

Regramento é fundamental

O cientista político e diretor da Associação dos Docentes da Universidade

Católica de Pelotas (ADUCPel), Renato Della Vechia, salienta que o EaD é um processo de precarização, que gera demissões e diminuição da qualidade do ensino, mas defende ser possível existir com qualidade e condições básicas, as quais nem sempre ocorrem.

Para ele, a expansão do Ensino a Distância é difícil de ser barrada. Nesse sentido, reforça ser importante pensar na maneira que se dará esse processo e de que forma sindicatos, associações e categorias irão trabalhar com os problemas e preservar direitos. “Se não tivermos sindicatos fortes que consigam regerar essas relações trabalhistas e leis, que preservem a qualidade do ensino e as condições do trabalho adequado dos professores, essa lógica de desregulamentação

das relações do trabalho será simplesmente uma relação básica de mercado, de alguns setores que estão usando a educação como mero mecanismo de acumulação de capital. Isso tem que ser barrado com leis nacionais e é um processo que os sindicatos, neste momento, estão muito pouco preparados e em condições de reagir”, avalia.

De acordo com o professor, não há como ignorar a presença do EaD no processo educacional, mas deve-se lutar para que não sirva apenas como elemento de transformação do ensino em mera mercadoria. “A gente não pode negar a importância que a tecnologia gera para a sociedade. Como toda a tecnologia, ela pode servir para melhorar as condições de trabalho e produção do conhecimento, mas para precarizar também. Não é a tecnologia o problema da sociedade, mas a concentração dessa tecnologia e do capital que a controla para os seus interesses privados apenas”.

"Não é a tecnologia o problema da sociedade, mas a concentração dessa tecnologia e do capital que a controla"



Para saber mais:



A discussão sobre a relação entre educação a distância e precarização do ensino superior não é novidade por aqui. O tema foi abordado em uma live transmitida em maio de 2020 no nosso canal do YouTube, com a presença da professora da licenciatura em Música, Regina Blank Wille, e de José Carlos Volcato, professor do Centro de Letras e Comunicação e primeiro secretário da ADUFPEL.

Ao longo de uma hora de diálogo, foram trazidos à baila questionamentos referentes ao uso do ensino remoto meramente como estratégia de maximização do lucro, a emergência de um 'Apartheid' digital, e o lugar do profissional da educação como mais que um "entregador de tarefas". A discussão permanece extramamente atual e a gravação pode ser assistida clicando na imagem ao lado.



Créditos: Freepik.com

Docentes articulam greve sanitária contra retorno presencial

Em março de 2021, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) completarão um ano sem atividades presenciais. A medida emergencial foi tomada assim que começou a se disseminar pelo país o novo coronavírus. Inicialmente, a expectativa era de que as aulas fossem suspensas somente por um período curto, para prevenir a expansão rápida do vírus. No entanto, a situação agravou-se e os poucos casos de Covid-19 no Brasil transformaram-se em mais de 10 milhões e 250 mil mortes.

Desde então, docentes tiveram suas jornadas de trabalho intensificadas, principalmente pela inexistência de um planejamento que assegurasse os direitos da categoria e proporcionasse condições adequadas de tra-

balho remoto. E, após todo esse tempo, as universidades e os institutos federais, por consequência da má gestão do governo federal e falta de um plano de ação - uma série de erros cometidos que colocou toda a população em risco -, ainda seguem com as aulas presenciais suspensas.

Medidas do governo

Por algumas vezes, o governo tentou pressionar as instituições para o retorno presencial. A última tentativa ocorreu em 7 de dezembro, quando o Ministério da Educação (MEC) determinou que a volta às aulas presenciais em instituições públicas e privadas ocorresse no dia 1º de março de 2021.

A medida foi duramente criticada por sindicatos, movimentos, entidades e

IFES. Em nota, a diretoria do ANDES-SN afirmou que a decisão colocaria em risco a saúde de docentes, estudantes e técnico-administrativos. Para a entidade, retornar às aulas presenciais em um momento em que os casos de contágio e morte por Covid-19 voltaram a crescer seria um “ato criminoso”.

Porém, poucos dias depois, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, homologou o Parecer nº 19, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estende até 31 de dezembro de 2021 a permissão para atividades remotas no ensino básico e superior em todo o país.

Greve sanitária

Desde então, o Sindicato Nacional tem reforçado o posicionamento contra um

possível retorno às aulas presenciais, e a situação crítica pela qual atravessa o país resultou no início de discussões que apontam para a construção de uma greve sanitária.

A necessidade de uma greve vem sendo intensamente debatida em encontros virtuais dos Setores das Instituições Federais (Ifes) e das Estaduais e Municipais (Iees/Imes) do ANDES-SN, que inclusive indicou rodadas de Assembleias Gerais (AG) nas Seções Sindicais para deliberar sobre a questão.

A pauta foi discutida por docentes da UFPel e IFSul-CaVG em AG da ADUFPel realizada no dia 5 de fevereiro. A categoria aprovou a disposição para greve sanitária por unanimidade e o resultado foi encaminhado

aos Setores pela presidente da entidade, Celeste Pereira.

Situação na UFPel

Na UFPel, foi divulgado, em dezembro de 2020, um calendário acadêmico que prevê prazos, dias letivos e outras informações para o primeiro semestre do ano de 2021, correspondente ao calendário acadêmico de 2020/2.

Conforme o documento, o semestre terá início em 15 de março e será organizado em 15 semanas, sendo as 8 iniciais de forma remota e 7 semanas com possibilidade de práticas presenciais para os cursos que apresentam características majoritariamente práticas. O ensino remoto deve aos poucos ceder espaço para, a partir do próximo semestre, iniciar as aulas práticas em cursos que precisem da modalidade e já ir reestruturando a universidade para uma possível retomada das aulas presenciais.

O retorno das aulas de modo presencial ou híbrido foi tema de audiência da reitoria da Universidade com a diretoria da ADUFPel, no dia 26 de fevereiro, e seus desdobramentos discutidos em Assembleia Geral Permanente da categoria docente no dia 1º de março.

Na reunião, a reitoria havia informado que embora esteja discutindo o semestre híbrido, ainda não sabe se será viável. Explicou que uma comissão permanente foi constituída no Cocepe para a avaliação das disciplinas práticas presenciais enquanto houver pandemia. O planejamento era de que em março as unidades, que necessitem, comecem a pensar na estrutura para o retorno.

Entretanto, um dia após a audiência, a comunidade foi surpreendida com o anúncio, em um vídeo lançado pela gestão da UFPel, em que aponta o retorno

das aulas presenciais em maio de 2021, contradizendo a própria Instrução Normativa e o posicionamento durante a reunião com a ADUFPel.

A declaração da administração da Universidade ocasionou surpresa, apreensão e uma série de dúvidas postas durante as intervenções na Assembleia. Os docentes defenderam que a tomada de decisões deve passar por debate entre as três categorias representativas, de forma que o posicionamento sobre o assunto seja expressado pela maioria, de maneira mais transparente possível.

Segundo a presidente da ADUFPel, “não é possível retornar às atividades presenciais sem a proteção necessária e, para isso, não basta ter álcool e máscara, há outros elementos necessários para que esse retorno se efetive, que abarca a vacinação”.

Dessa forma, a Assembleia, por unanimidade, deliberou por: cobrar a reitoria sobre o processo político de tomada de decisões acerca do retorno presencial; reafirmar a posição de que não há condições de retorno presencial sem vacina para todos; reforçar a indicação de construir a greve sanitária/humanitária; reforçar o compromisso social com a luta por vacina para todos; ampliar o diálogo com os colegas e a comunicação com as demais organizações dos trabalhadores e com a base social, em especial da região, no sentido de gerar movimento em defesa da vida, dos serviços públicos, e dos direitos da população como a renda básica; rea-

lizar mobilização em conjunto com ASUFPel e DCE para resistir às imposições que tem brotado da cúpula administrativa da UFPel sobre o retorno presencial.

Retorno seguro?

Por conta da falta de planejamento, descrédito e negação da ciência e disputas políticas, a vacinação no Brasil está caminhando a passos lentos, o que impossibilita qualquer forma de retomada de atividades em um período próximo.

De acordo com a mestre em Epidemiologia e membro da equipe científica do comitê para enfrentamento da Covid-19 da UFPel, Bianca Cata Preta, somente será considerado seguro o retorno presencial quando

"A nossa reivindicação é, principalmente, vacina para todos já", enfatiza Adriana D'Agostini, da UFSC.

houver baixa transmissão comunitária e um sistema de saúde que dê conta do atendimento de pessoas que precisem internação.

Ela salienta que a vacina é

fundamental e que irá proporcionar a segurança para o retorno às aulas. No entanto, critica as prioridades do momento. “O que eu acho muito estranho é que a gente não está conseguindo fazer abertura de escolas de maneira segura, mas optou por abrir outros estabelecimentos. (...) Um país que abre tudo e só fecha escolas mostra um pouco das nossas prioridades. E isso vai ter consequências importantes, principalmente na população mais pobre no nosso país. Quem tem

condição está estudando de casa, tem materiais adequados e aqueles mais pobres, que muitas vezes dependem da escola para fazer a única refeição do dia, para não estar em casa que é um ambiente hostil e de violência, vão ser os mais prejudicados”.

O posicionamento também é reforçado pela docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Adriana D'Agostini.

Em entrevista ao programa de rádio da ADUFPel, o Vi-

ração, comparou o retorno presencial a “mandar as pessoas para o abatedouro porque uma pessoa contamina entre 5 e 17 pessoas. Essas, por sua vez, contaminam este mesmo número. Então é um efeito cascata de contaminação gigantesco no ambiente de escola e de Universidade”.

“O que mais importa são as vidas e todos são responsáveis por elas. Os pais podem fazer uma pressão enorme em não deixar os filhos irem à escola. Os professores, da mesma forma, se organizando em sindicatos e suas formas de luta para que não haja o retorno sem imunização. A nossa reivindicação é, principalmente, vacina para todos já”, enfatiza Adriana.

"Não é possível retornar às atividades presenciais sem a proteção necessária e, para isso, não basta ter álcool e máscara", ressalta Celeste Pereira.

Projeto da UFPel mapeia impactos da pandemia em festivais de folclore

Não é novidade que o setor cultural brasileiro sofreu graves impactos neste quase um ano de pandemia do COVID-19. No entanto, há um braço nessa área que merece especial atenção: o folclore. Manifestações culturais marcadas pelo forte valor identitário e tradicional, penam com a ausência do ato presencial – uma marca dos eventos do povo – e diante da idade avançada dos Mestres e precariedade das condições dos membros, o que torna as alternativas digitais mais do que um desafio.

Compreender as consequências desse processo é o objetivo do projeto de pesquisa Diagnóstico Internacional sobre os Impactos da Pandemia do Covid-19 em Contextos Folclóricos, realizado pelo Grupo de Pesquisa Omega – Observatório de Memória, Educação, Gesto e Arte, e do Núcleo de Folclore da UFPel, o Nufolk. A coordenação geral fica a cargo do professor do Thiago Silva de Amorim Jesus, docente da licenciatura em Dança e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade.

O projeto, batizado de FolkCovid, consiste em um [questionário virtual](#) disponibilizado

em três idiomas (português, inglês e espanhol) destinado aos organizadores de festivais folclóricos do mundo todo. Os festivais foram escolhidos, de início, uma vez que são eles os aglutinadores dos grupos dos mais diversos, pautando com frequência suas apresentações ao longo do ano. A coleta das respostas começou em meados de janeiro e segue até março.

O pesquisador relata que a proposta surgiu durante a participação em um dos fóruns da Associação Brasileira de Organizadores de Festivais de Folclore e Artes Populares (Abrassoffa), entidade que entraria futuramente como parceira do FolkCovid. Para dar corpo ao estudo, o grupo mobilizou apoio também de instituições como a Universidade Regional de Blumenau (Santa Catarina), a Universitat Politècnica de València (Espanha) e a Sociación Civil América Unida (Ciudad del Plata/Uruguai).

“Recebemos uma informação extraoficial de que cerca de 600 festivais folclóricos na Europa foram cancelados por conta da pandemia. Alguns nem terão edições futuras, e isso é um número muito preocupante”, relembra. “Como

Universidade, foi preciso fazer alguma coisa. Nem que fosse estudar esse fenômeno”.

O diagnóstico é apenas a primeira etapa. Thiago Jesus sugere que, com os dados compilados, será possível produzir relatórios que serão enviados para diferentes organismos: ministérios da cultura e do turismo de diversos países, ONU, Unesco, Organização dos Estados Americanos, etc. “Esperamos que isso possa resultar em políticas públicas para a cultura, ações de fomento ou mesmo para que os festivais possam rever formatos”.

Democracia Cultural

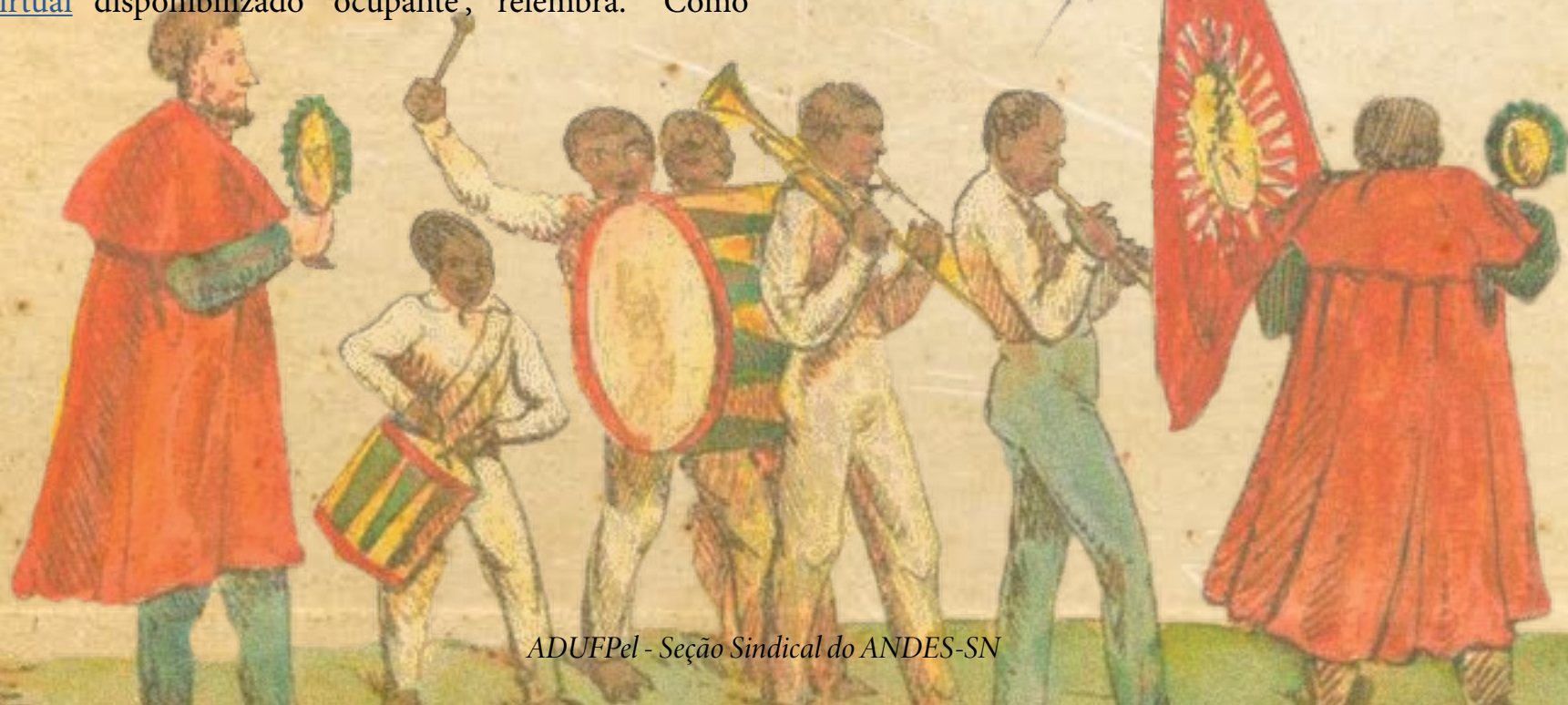
Um dos valores fundamentais apontados pelo pesquisador em eventos folclóricos é o acesso democrático do povo à sua cultura. No entanto, enquanto diversos setores se organizaram bem com as lives e transmissões digitais, o campo da cultura tradicional vem perdendo.

Thiago Jesus, entretanto, relembra que essa democratização já estava ameaçada há muito tempo pela falta de incentivo público e privado. “São eventos que eram de três sema-

nas e passaram a ser de 5 dias. Grupos com 50 pessoas que passaram a ter 10... O boom dos festivais de folclore é dos anos 1970, pós-guerra do vietnã, como exercício à tolerância, integração entre os povos, cultura pela paz. Até os anos 2000 e depois ladeira abaixo.

Ele, que também é diretor da Abambáé - Companhia de Danças Brasileiras, relata que mesmo em seu grupo manter as atividades online foi um desafio. “Eu já tive bailarino que não podia ir ensaiar porque não tinha dinheiro para a passagem do ônibus. Nós já pagamos a feitura de documentos para pessoas viajarem conosco porque não tinham RG. Imagine uma conexão boa com a internet?”.

A preocupação também ganha eco em outras ações internacionais. Em seu site, a Unesco organizou um mapa de ações de valorização do patrimônio imaterial durante a pandemia. Até agosto de 2020, quando foi feita a última atualização, eram 241 projetos cadastrados – sendo apenas um do Brasil.



ANDES-SN lança convocatória para Conad Extraordinário

11º CONAD Extraordinário

Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN

Nos dias 27/03/21 e 03/04/21

Encontro virtual + informações em breve

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

“Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”. Este será o tema central do 11º Conselho do ANDES-SN (Conad), que ocorrerá nos dias 27 de março e 3 de abril.

A reunião terá como objetivo discutir três temas principais: a conjuntura, o plano de lutas sindicais e a realiza-

ção ou não do 40º congresso da categoria docente. A circular informa: “em razão do contexto da pandemia, a Diretoria Nacional do ANDES-SN avaliou a necessidade de consultar a categoria quanto à realização do Congresso, tendo em vista tanto a responsabilidade em evitar ao máximo aglomerações, quanto às dificuldades em

realizá-lo virtualmente nos moldes que caracterizam o evento”.

Ainda conforme a diretoria, o encontro foi pensado tendo ciência do excessivo desgaste promovido pelas longas reuniões virtuais - o que se agrava em um contexto de grande carga de trabalho profissional e doméstico docente. Nesse sentido, a di-

visão proposta entre as duas datas vai favorecer que uma pauta não seja negligenciada em relação às outras e que os impactos físicos e emocionais sejam minimizados.

Confira [aqui](#) a proposta de pauta e de cronograma do evento, bem como o prazo e regras para apresentação de contribuições ao Caderno de Textos.



O Viração é o programa de rádio e podcast semanal da ADUFPeL, que vai ao ar às segundas-feiras na RádioCom e em todos os agregadores no mesmo dia. Em fevereiro, lançamos entrevistas que abordaram o **Carnaval** como resistência cultural, os desafios dos **cortes no financiamento** de ciência e tecnologia no Brasil, falamos sobre o **Projeto Peleja** - que leva terceirizadas da limpeza de volta à sala de aula - e sobre e as consequências do **retorno às aulas presenciais**. Ouça o episódio mais recente clicando na imagem ao lado!



OUÇA O PODCAST